

1º BOLETIM TEMÁTICO

Trabalho e intermediação de mão de obra nas micro e pequenas empresas mineiras

Contrato de Prestação de Serviços – Sedese-MG e DIEESE

MARÇO DE 2023

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Fausto Augusto Jr - Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Técnico Adjunto

Coordenação Geral do Projeto

Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

Fernando Duarte – Supervisor Técnico do ERMG

Equipe Executora

Maria de Fatima Lage Guerra

Gustavo P. Monteiro

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

E-mail: institucional@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

DESTAQUES	4
APRESENTAÇÃO	5
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	6
2. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS MINEIRAS	9
3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O SERVIÇO PÚBLICO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

DESTAQUES

Este boletim procurou traçar um panorama do emprego, das condições de trabalho e da intermediação da mão de obra nas micro e pequenas empresas mineiras, no período recente. Nessa perspectiva, os principais achados do estudo são os seguintes:

- **As micro e pequenas empresas vêm perdendo participação relativa no total de empregos formais gerados em Minas Gerais, desde antes da pandemia.** As grandes empresas, ao contrário, vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho formal, atingindo 46,2% do estoque total de empregos existente no Estado, em 2021, contra 40%, no caso das micro e pequenas empresas.
- **Em geral, as condições de trabalho nas micro e pequenas empresas mineiras, mesmo no setor formal, são piores do que nas grandes e médias.** As remunerações são menores, as jornadas de trabalho são mais extensas e a rotatividade da mão de obra é maior.
- **Os trabalhadores em micro e pequenas empresas mineras também são, em geral, mais jovens e menos escolarizados** do que os trabalhadores empregados em médias e grandes empresas.
- No período de 2018 a 2021, as grandes empresas mineiras fizeram proporcionalmente mais colocações de trabalhadores em vagas de emprego, por meio da IMO, do que o conjunto das micro e pequenas empresas: 46% e 38,5%, respectivamente. **Mas, houve no mesmo período um aumento da participação das micro e pequenas empresas no total de colocações anuais via IMO (de 19,5%, em 2018, para 24,2%, em 2021) e uma queda na participação das grandes empresas (de 4,9%, em 2018, para 41,4%, em 2021).** No agregado, no entanto, as colocações por meio IMO foram muito pouco expressivas em todo o Estado.
- **Em termos setoriais, pode-se observar diferenças sutis nas colocações, por porte de empresa via IMO, sendo que nas micro, pequenas e médias empresas os setores de obras de infraestrutura, construção de edifício e comércio foram os mais representativos.** Já as grandes empresas se destacaram na colocação de trabalhadores via IMO também no setor de serviços de escritório, apoio administrativo e serviços prestados às empresas, além das obras de infraestrutura.
- Os colocados pela IMO se concentram em vagas com salários baixos e muito parecidos, mesmo nas grandes empresas, onde o salário médio é mais elevado. **Entre 2018 e 2020, a remuneração média real dos colocados caiu -21,6%, com redução mais intensa nas médias empresas (-28,5%), seguidas pelas pequenas (-26,1%) e pelas microempresas (-24,5%).**

APRESENTAÇÃO

O presente boletim, intitulado “*Trabalho e intermediação de mão de obra trabalho nas micro e pequenas empresas mineiras*”, é o primeiro de uma dupla de estudos que trata do comportamento da ocupação em pequenas unidades de negócios de Minas Gerais, em anos recentes. O boletim faz parte do plano de atividades do Observatório do Trabalho de Minas Gerais, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), por meio do contrato de prestação de serviços nº 9.361.878/2022.

A escolha do tema em pauta nesse boletim justifica-se porque as empresas de pequeno porte são agentes econômicos cada vez mais relevantes para a promoção do desenvolvimento. À medida em que diminuem os postos de trabalho assalariado em grandes corporações, em razão de mudanças tecnológicas e organizacionais, uma parcela cada vez maior da população e da economia global tem se tornado dependente das suas atividades para se sustentar. Mas é especialmente em países de baixa e média renda, como o Brasil, que os pequenos negócios se destacam como instrumentos potencialmente promotores de desenvolvimento socioeconômico.

Mas a despeito da sua crescente relevância, os desafios a serem enfrentados pelo país e pelas unidades federação em relação a esse ramo de negócios ainda são grandes. Trata-se de um segmento marcado por profundas desigualdades de produtividade, dificuldades de acesso a financiamento, falta de recursos próprios para investimento, problemas de gestão, informalidade elevada e outros desafios que resultam em baixa capacidade competitiva e, por decorrência, em estruturas de contratação e proteção do emprego mais precárias. Em outras palavras, é nas micro e pequenas empresas que prevalecem taxas de informalidade do trabalho mais elevadas; jornadas de trabalho mais longas; empregos mais precários e de curta duração; salários menores, entre outros gargalos. Nesse sentido, mostra-se de suma importância a análise dessas empresas sob o ponto de vista da ocupação de trabalhadores.

Para cumprir esse objetivo, o boletim está estruturado em três seções, além desta apresentação. Na primeira, são apresentados os principais aspectos conceituais e metodológicos relativos à mensuração e classificação das micro e pequenas empresas, bem como a técnica utilizada para junção das duas bases de dados utilizadas na análise, que são a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e os serviços de Intermediação de Mão de Obra (IMO), ambas divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na segunda seção, são analisadas as estatísticas da RAIS que trazem números gerais sobre os vínculos formais nas micro e pequenas empresas, incluindo remuneração e rotatividade. Na terceira e última seção são analisados os dados de colocações de trabalhadores nas

micro e pequenas empresas através da intermediação de mão de obra (IMO), de natureza pública. A IMO é a principal atividade do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e tem por objetivo realizar a mediação entre empresas que precisam de trabalhadores e pessoas que estão à procura de uma colocação no mercado formal de trabalho.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Um dos critérios utilizados no Brasil para a classificação do porte de uma empresa é o adotado pelo Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Essa classificação se baseia no número de empregados ocupados e propõe parâmetros diferentes para as atividades de indústria e construção e de agropecuária, comércio e serviços (Quadro 1). Contudo, de acordo com Nogueira (2016), a classificação do SEBRAE não trata as heterogeneidades intrassetoriais. A título de exemplo, ela enquadra numa mesma categoria um salão de beleza e uma prestadora de serviços de tecnologia de informação (TI) que possuem o mesmo número de empregados, embora esses dois negócios sejam de naturezas totalmente distintas.

QUADRO 1
Classificação de empresas segundo o SEBRAE

Porte	Setores	
	Indústria e Construção	Agropecuária, Comércio e Serviços ⁽¹⁾
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) o setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

Outro critério de classificação de porte de empresas utilizado no país é o adotado pela Receita Federal para admissão ao regime tributário do Simples Nacional¹. Esse critério tem como referência a receita bruta ou o faturamento anual da empresa. Segundo essa classificação, MEI (microempreendedor individual) é o negócio com receita anual de até R\$ 81 mil; microempresa é o que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta maior que R\$ 81 mil e igual ou inferior a R\$ 360 mil, e pequena empresa o negócio que aufera receita bruta superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões ao ano.

¹ A Lei Complementar (LC) nº 123/2006, também chamada de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, regulamentou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e instituiu um regime tributário diferenciado para essas empresas, denominado Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). O Simples é o principal instrumento fiscal de promoção dessas unidades de produção no país.

Uma dificuldade de utilização desse método é o fato de os valores da receita bruta que delimitam as categorias de empresas não serem reajustados periodicamente. Desse modo, “à medida que a inflação vai se acumulando, observa-se uma aparente tendência (meramente estatística) de crescimento no porte médio dos pequenos negócios no país” (Nogueira, 2016:11). Ou seja, com o processo inflacionário, o faturamento nominal das empresas tende a crescer, fazendo com que elas tenham também tendência de subir de patamar, se os limites das faixas não se alterarem.

Apesar das limitações, o presente estudo utiliza o critério do SEBRAE para identificar as micro e pequenas empresas mineiras, porque esse é o método mais simples de ser operacionalizado a partir das bases de dados secundárias disponíveis no país. Para tanto, são utilizadas as estatísticas oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e dos serviços de Intermediação de Mão de Obra (IMO), ambas as bases de dados divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em consequência, não são considerados na análise os vínculos de trabalho associados à administração pública (militares e estatutários), bem como os dos serviços domésticos. Esse critério é o mesmo que foi utilizado na elaboração do Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios, de 2018, produzido pelo DIEESE em parceria com o SEBRAE².

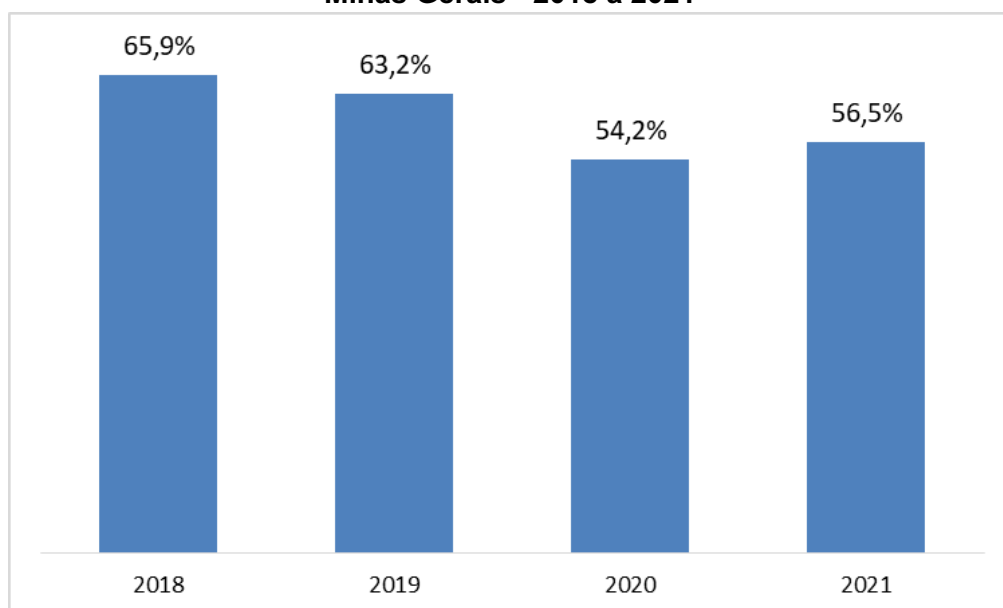
Já os portes das empresas e dos estabelecimentos são estimados no estudo a partir do total de vínculos ativos identificados pela RAIS, em 31 de dezembro de cada ano, e da base de dados da RAIS identificada que tem o CNPJ do estabelecimento de cada vínculo. Foram considerados como pertencendo a uma mesma empresa os estabelecimentos que compartilham o mesmo CNPJ raiz. Desse modo, exceto quando explicitamente especificado, utiliza-se no estudo o conceito de *porte de empresa*. Além disso, como a informação de setor pode variar entre estabelecimentos de uma mesma empresa, utiliza-se como referência o setor do estabelecimento com maior quantidade de vínculos.

Por fim, a RAIS identificada também é utilizada no estudo para classificar o porte das empresas na base de dados de trabalhadores colocados pelos serviços de IMO, em vagas geradas em Minas Gerais. Nesse caso, foram consideradas apenas as empresas que tinham o número do CNPJ, de forma a possibilitar a junção dessas informações com as da RAIS, contendo os estabelecimentos localizados no Estado. Além disso, foram considerados somente os trabalhadores registrados como colocados e com data de admissão entre 2018 e 2021, segundo a base da IMO, excluindo também os vínculos da administração pública e do serviço doméstico.

² Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2018/anuarioPequenoNegocio2018.html>

Para se ter uma ideia do grau de compatibilidade existente entre duas bases, em 2018, 66% das colocações indicadas na base da IMO, em Minas Gerais, foram localizadas na RAIS. Já em 2019, foram 63% das colocações indicadas; em 2020, 54%; e em 2021, 56,5% (GRÁFICO 1). Os percentuais menores nos dois últimos anos analisados podem ser decorrência de problemas de declaração por parte das empresas no cenário de pandemia. Verificou-se em outras bases estatísticas - como o Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), também do tem - certa dificuldade para obtenção de informações ao longo sobretudo do ano de 2020, devido a atrasos nas declarações das empresas. Sendo assim, apenas os vínculos de trabalhadores identificados nas duas bases são objeto de estudo nessa seção.

GRÁFICO 1
Proporção de colocações na base de dados da IMO localizadas na RAIS
Minas Gerais - 2018 a 2021



Fonte: MTE. IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE

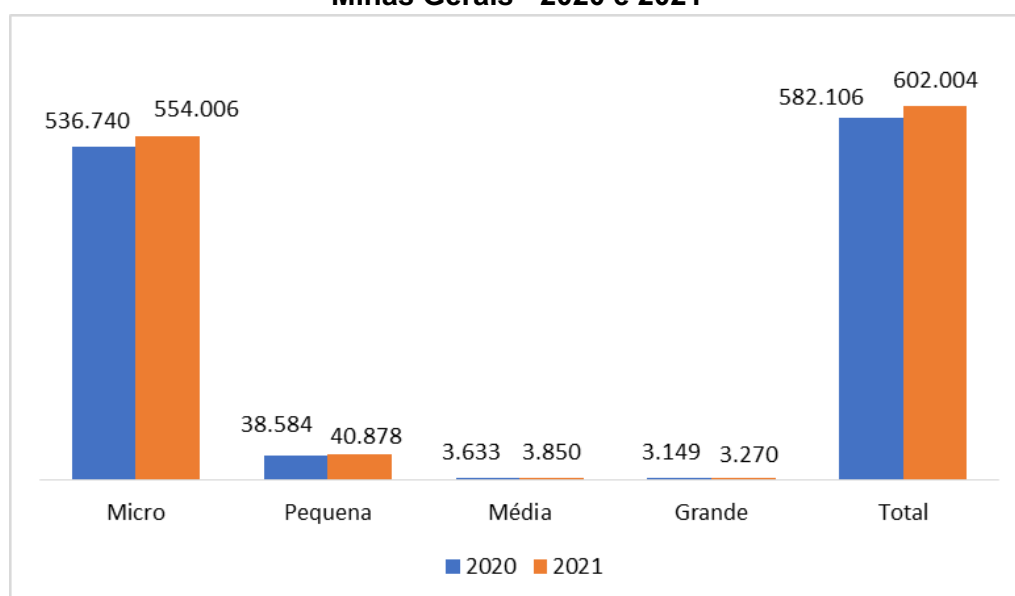
Obs.: Foram excluídos os setores de Administração pública e Serviços domésticos.

2. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS MINEIRAS

2.1. Empresas, vínculos de emprego e estrutura setorial

Em 2021, foram identificadas 602.004 empresas formais em Minas Gerais, um contingente 3,4% maior do que o existente em 2020 (GRÁFICO 2). Desse contingente, 99% eram micro e pequenas empresas, sendo que somente as microempresas correspondiam a 92% do total. Já o resultado positivo deveu-se ao crescimento do número de empresas nas quatro categorias de porte consideradas na análise e nos seguintes percentuais: microempresas (3,2%), pequenas (5,9%), médias (6,0%) e grandes empresas (3,8%).

GRÁFICO 2
Número de empresas, segundo porte em número de empregados
Minas Gerais - 2020 e 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

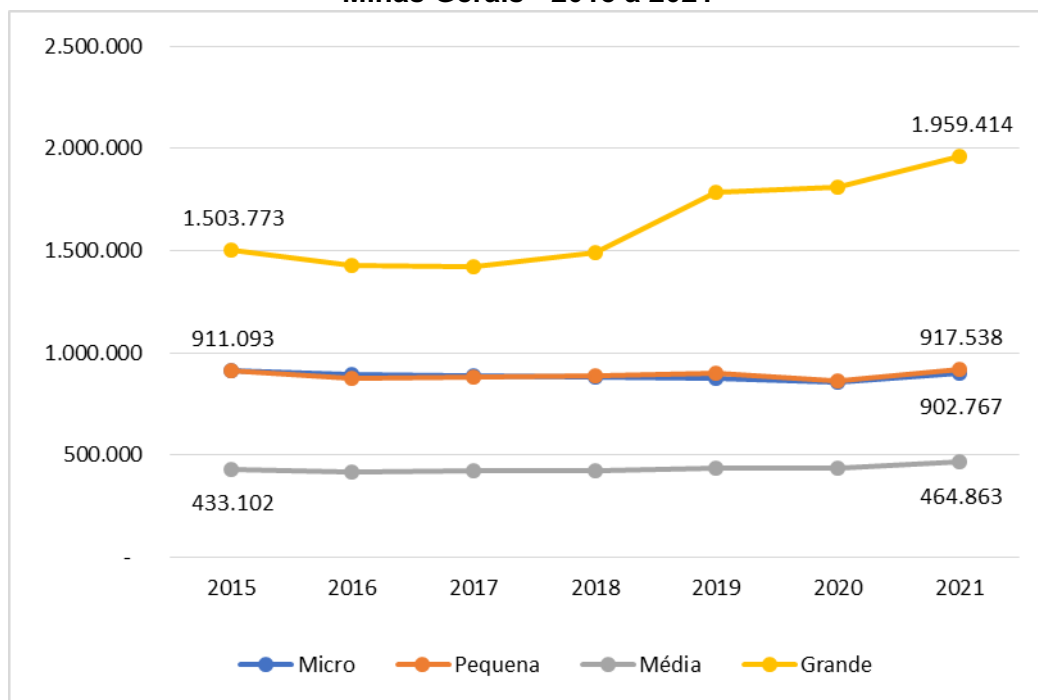
Obs.: foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Da mesma forma, entre 2020 e 2021 houve aumento de 7% no número de vínculos ativos para trabalhadores formais no Estado e em todas as quatro categorias de porte analisadas (GRÁFICO 3). Esse movimento foi mais intenso entre as grandes empresas (8,3%) e menos intenso entre as microempresas (5,4%). Nas pequenas e nas médias empresas, os vínculos aumentaram em 6,3% e 5,9%, respectivamente.

Além disso, observa-se que, entre 2015 e 2021, somente nas microempresas estaduais não houve crescimento do emprego formal. Nessas empresas, o emprego diminuiu -1,1%, no período

considerado, enquanto nas pequenas aumentou 0,7%, nas médias, 7,3%, e nas empresas de grande porte, 30,3%.

GRÁFICO 3
Número de vínculos formais, segundo porte de empresa
Minas Gerais - 2015 a 2021

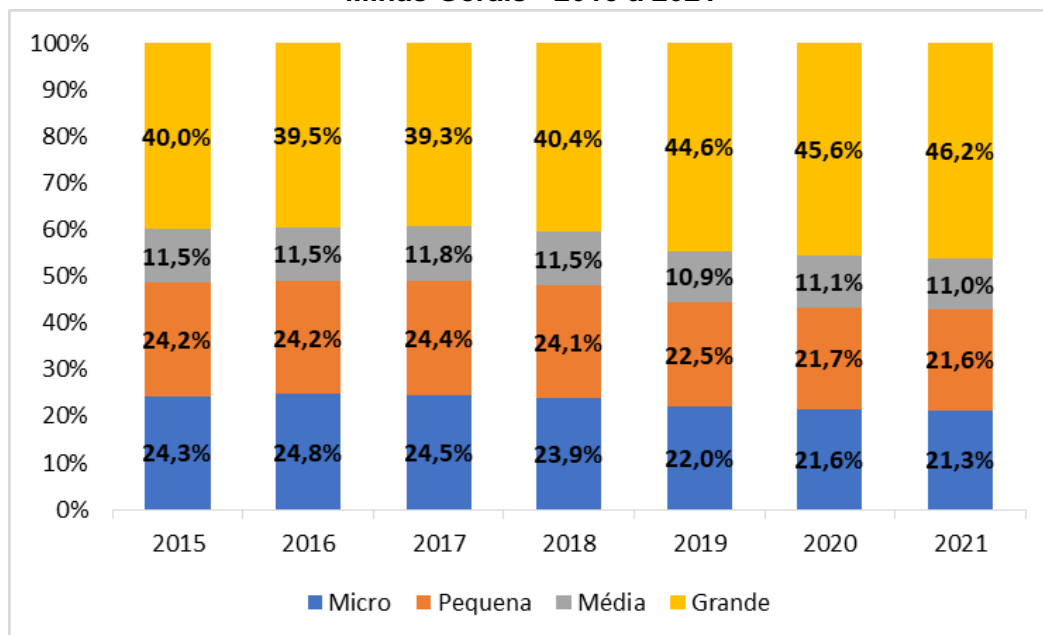


Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Com isso, percebe-se no Estado a continuidade de um movimento iniciado em 2019, de crescimento da participação das grandes empresas na geração de postos de trabalho formais, em detrimento das micro e pequenas empresas (GRÁFICO 4). Entre 2015 e 2018, as grandes empresas eram responsáveis por cerca de 40,0% dos vínculos de empregos formais existentes em Minas Gerais e, em 2019, passaram para 44,6%, chegando ainda a 46,2%, em 2021. Em contrapartida, até 2018 as micro e pequenas empresas respondiam, em conjunto, por uma maior proporção do emprego formal (entre 48% e 49%). Mas a partir de então, essa proporção começou a cair de forma contínua, alcançando apenas 43% em 2021.

GRÁFICO 4
Distribuição dos vínculos formais, segundo porte de empresa (em %)
Minas Gerais - 2015 a 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Em termos setoriais, a maior parte dos vínculos formais ativos nas micro e pequenas mineiras, em 2021, estava nos setores de serviços e de comércio (TABELA 1). Juntas essas atividades respondiam por mais de 70% do emprego formal gerado nessas duas categorias de empresas. Nas médias e grandes empresas, o setor de serviços também era um dos maiores geradores de emprego, mas a indústria de transformação se destacava, sobretudo entre as médias empresas onde essa atividade era o principal empregador e respondia por 38% dos vínculos ativos, em 2021.

TABELA 1
Número de vínculos formais, segundo porte de empresa e setor
Minas Gerais – 2021

Sector de atividade	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Extrativa mineral	5.641	8.890	8.218	50.164	72.913
Indústria de transformação	160.917	186.176	178.715	319.479	845.287
SIUP	2.822	4.839	7.288	28.185	43.134
Construção Civil	52.220	57.083	58.175	122.513	289.991
Comércio	357.106	266.950	56.839	301.479	982.374
Serviços	316.844	380.355	148.473	868.410	1.714.082
Agropecuária, extração vegetal	7.217	13.245	7.155	268.813	296.430
Total	902.767	917.538	464.863	1.959.414	4.244.582

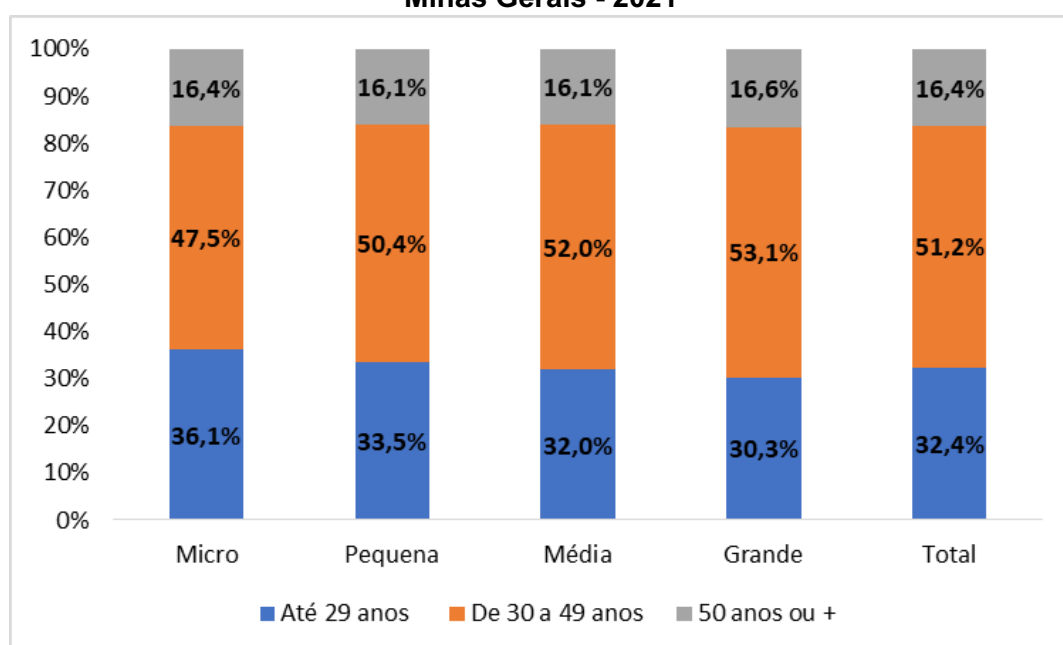
Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

2.2. Idade e escolaridade dos trabalhadores

Com relação ao perfil dos trabalhadores contratados, notam-se pequenas diferenças, se comparados os portes das empresas. Com relação à idade, nas micro e pequenas empresas mineiras eram maiores as proporções de trabalhadores mais jovens, com até 29 anos, ao passo que nas médias e grandes, os trabalhadores mais maduros, com 30 a 49 anos, eram mais representativos (GRÁFICO 5). Já na faixa etária de 50 anos ou mais, as proporções de vínculos eram parecidas nas quatro categorias de empresas analisadas.

GRÁFICO 5
Distribuição dos vínculos formais, segundo porte de empresa e faixa etária (em %)
Minas Gerais - 2021

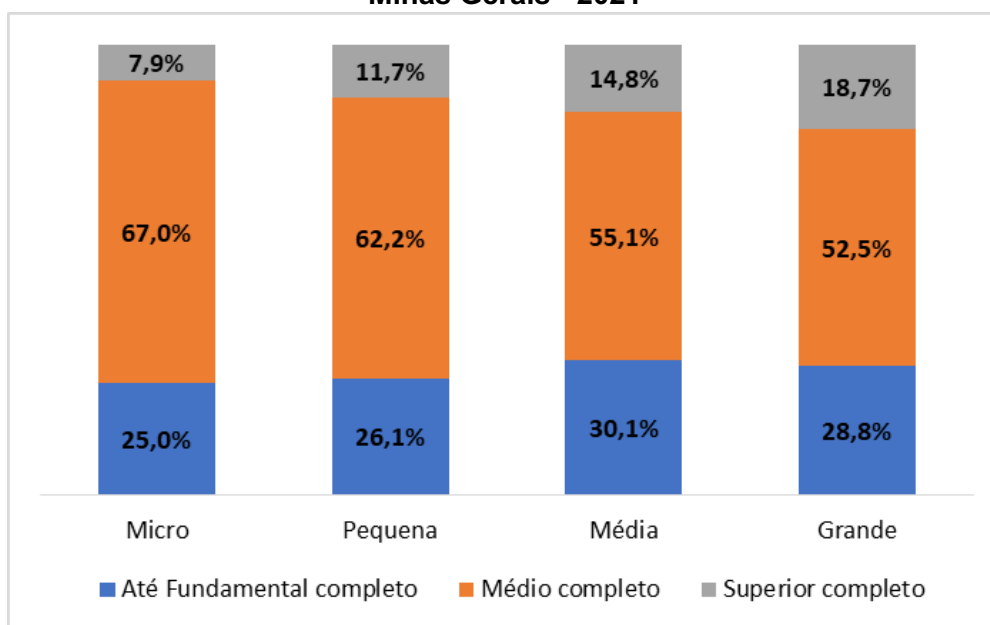


Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Quanto à escolaridade, no geral quanto maior é o porte da empresa, maior é a proporção de vínculos de emprego para trabalhadores com ensino superior. Essa tendência se verifica, no caso de Minas Gerais, mas também chama atenção a baixa proporção de trabalhadores com ensino superior até mesmo em empresas maiores. Em 2021, 7,9% dos trabalhadores de microempresas e 11,7% daqueles empregados em empresas pequenas tinham ensino superior completo, enquanto nas médias e nas grandes empresas essas proporções eram de 14,8% e 18,7%, respectivamente (GRÁFICO 6). De qualquer forma, verifica-se que a maior parte dos trabalhadores, nas quatro categorias de empresas, possuía até o ensino médio completo, em 2021.

GRÁFICO 6
Distribuição dos vínculos formais, segundo porte de empresa
e grau de instrução (em %)
Minas Gerais - 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

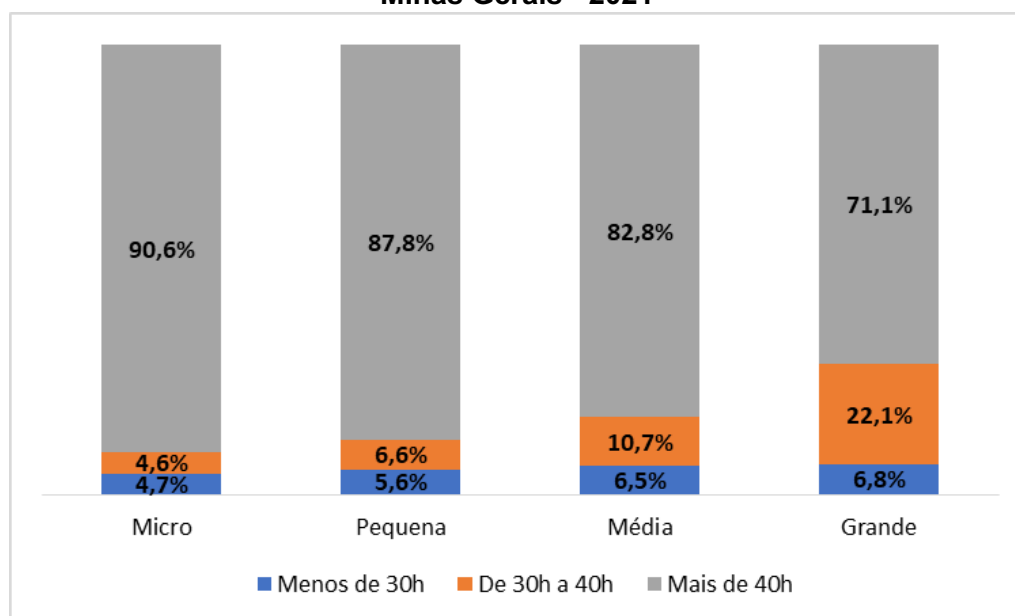
Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

2.3. Jornada de trabalho, trabalho intermitente e trabalho em tempo parcial

A grande maioria dos trabalhadores nas micro e pequenas empresas tinha jornada de trabalho contratada³ de mais de 40 horas semanais (90,6% e 87,8%, respectivamente), enquanto nas grandes empresas a proporção nessa faixa de horas, embora também elevada, era um pouco menor (71,1%) - GRÁFICO 7. A faixa de até 30 horas abarcava menos de 7% dos vínculos de emprego em todas as modalidades de empresas analisadas, ao passo que a faixa de 30 a 40 horas tinha proporção relevante nas empresas de grande porte (22,1% dos vínculos).

³ Na RAIS, a jornada de trabalho apurada é a contratada e não a que os trabalhadores habitualmente ou efetivamente executam semanalmente.

GRÁFICO 7
Distribuição dos vínculos formais, segundo porte de empresa e
faixa de horas contratadas (em %)
Minas Gerais - 2021

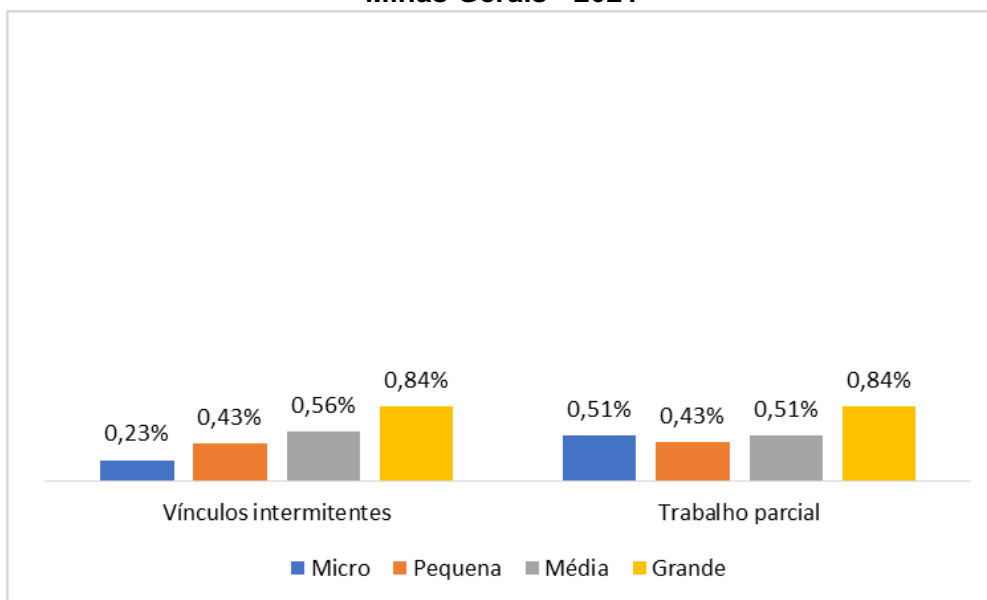


Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Já o trabalho parcial e o trabalho intermitente - esse último criado com a reforma trabalhista de 2017 - representaram, em 2021, uma proporção insignificante dos empregos formais gerados em Minas Gerais, independentemente do porte da empresa (GRÁFICO 8). Nas grandes empresas, apenas 0,8% dos vínculos de emprego eram intermitentes e em tempo parcial, naquele ano, sendo que nas micro e pequenas empresas essas proporções eram ainda menores: 0,2% e 0,4%, no intermitente, e 0,5% e 0,4% no tempo parcial, ambos respectivamente.

GRÁFICO 8
Proporção de vínculos formais intermitentes e de trabalho parcial,
segundo porte de empresa (em %)
Minas Gerais - 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

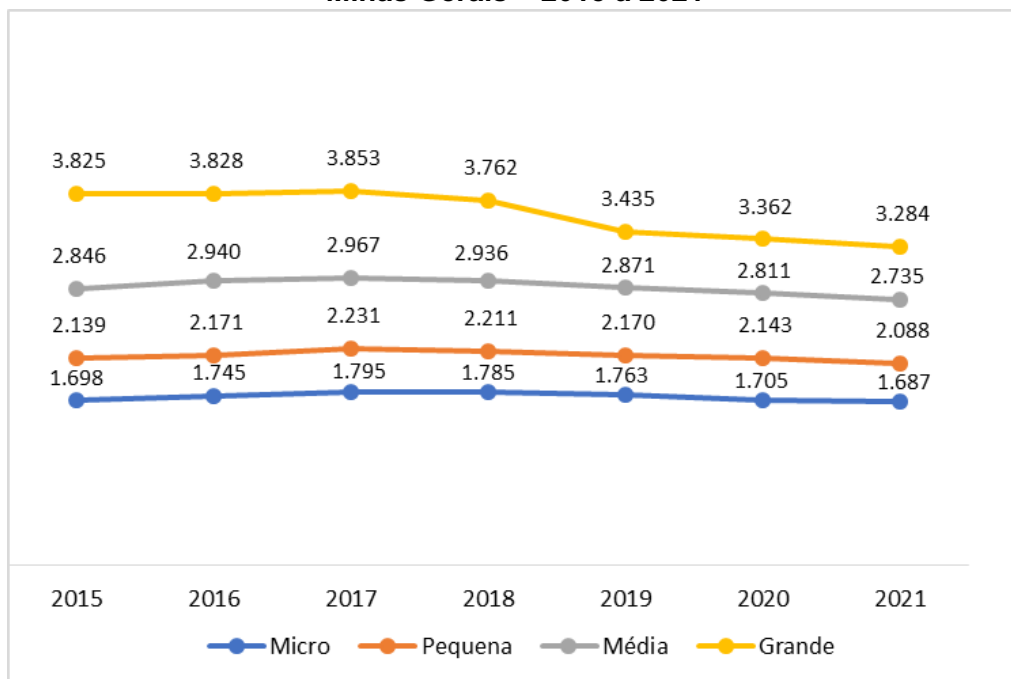
Obs.: Vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

2.4. Remuneração

A remuneração média dos trabalhadores mineiros eleva-se conforme aumenta o porte da empresa, segundo o observado desde 2015 (GRÁFICO 9). Em 2021, a remuneração média daqueles que estavam empregados em grandes empresas era de R\$ 3.284, em valores de dezembro daquele ano, enquanto nas microempresas era de R\$ 1.687, e nas pequenas, de R\$ 2.088.

No período analisado, até 2018, pelo menos, a remuneração nas microempresas variava em torno de 44% a 47% da remuneração recebida pelos trabalhadores nas grandes empresas. A partir de 2019, essa proporção aumentou para 51%, mas em função muito mais da queda no valor da remuneração real recebida pelos trabalhadores nas grandes empresas do que do aumento da remuneração nas microempresas. Efetivamente, entre 2015 e 2021 as remunerações pagas nas micro e pequenas empresas ficaram praticamente estáveis, ao passo que houve uma redução de 12% na remuneração real paga aos trabalhadores nas grandes empresas.

GRÁFICO 9
Remuneração média real, segundo porte de empresa (em R\$ de dez/2021)
Minas Gerais – 2015 a 2021

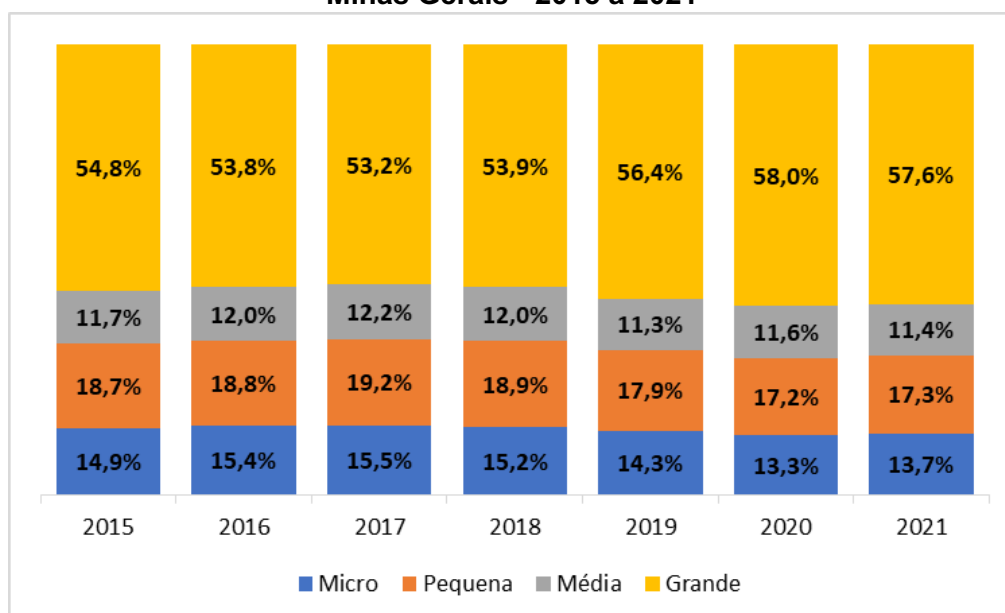


Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Remuneração em dezembro de cada ano, dos vínculos ativos em 31/12. Em valores de dez/2021 (corrigidos pelo IBGE/INPC). Foram excluídos do cálculo as remunerações abaixo de 0,3 salário-mínimo e os acima de 150 salários-mínimos. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Em 2021, as micro e pequenas empresas foram responsáveis, respectivamente, por 13,7% e 17,3% da massa de remunerações pagas nos empregos formais de Minas Gerais, enquanto as grandes, por 57,6% (GRÁFICO 10). Nota-se, entre 2015 e 2021, o aumento da participação das grandes empresas na massa de remunerações e a diminuição das participações das micro e pequenas empresas, tendo como um dos fatores explicativos o aumento em maior proporção do emprego nas grandes empresas, no período considerado (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 10
Distribuição da massa de remuneração dos vínculos formais, segundo porte de empresa (em %)
Minas Gerais - 2015 a 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Massa da remuneração em dezembro de cada ano, dos vínculos ativos em 31/12. Em valores de dez/2021 (corrigidos pelo IBGE/INPC). Foram excluídos do cálculo as remunerações abaixo de 0,3 salário-mínimo e os acima de 150 salários-mínimos. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Considerando os grandes setores da atividade econômica mineira, verifica-se que em todos a remuneração média paga aos trabalhadores nas micro e pequenas empresas era menor do que nas grandes empresas, em 2021 (TABELA 2). No setor de serviços, que é o principal empregador entre as empresas menores, a remuneração média recebida pelos trabalhadores de microempresas era cerca de 48% do apurado nas grandes empresas. Nos casos da indústria de transformação e da atividade extrativa mineral, as proporções eram ainda menores: 45% e 42%, respectivamente (GRÁFICO 11).

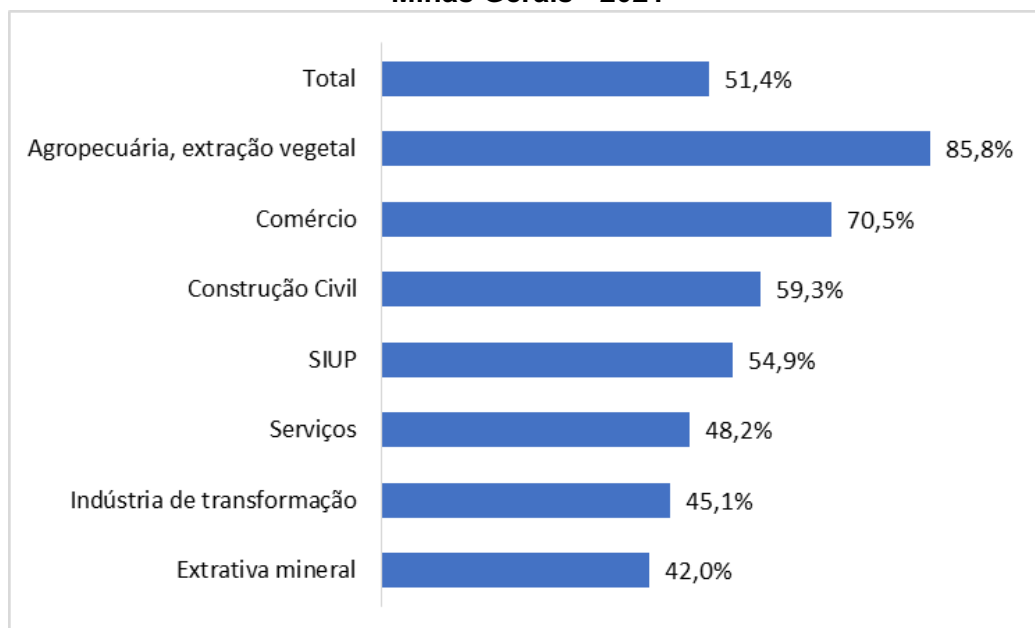
TABELA 2
Remuneração média, segundo tamanho de empresa e setor) Minas Gerais - 2021

Setor IBGE	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Extrativa mineral	2.478	3.101	4.169	5.899	5.113
Indústria de transformação	1.748	2.170	2.923	3.872	2.889
SIUP	3.335	3.699	3.719	6.073	5.227
Construção Civil	1.769	2.149	2.719	2.984	2.557
Comércio	1.589	1.927	2.370	2.254	1.929
Serviços	1.724	2.113	2.549	3.579	2.817
Agropecuária, extração vege	1.848	1.989	2.220	2.154	2.141
Total	1.687	2.088	2.735	3.284	2.623

Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Remuneração em dezembro de 2021, dos vínculos ativos em 31/12. Foram excluídos do cálculo as remunerações abaixo de 0,3 salário-mínimo e os acima de 150 salários-mínimos. Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

GRÁFICO 11
Proporção da remuneração média das microempresas em relação às grandes empresas (em %)
Minas Gerais - 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

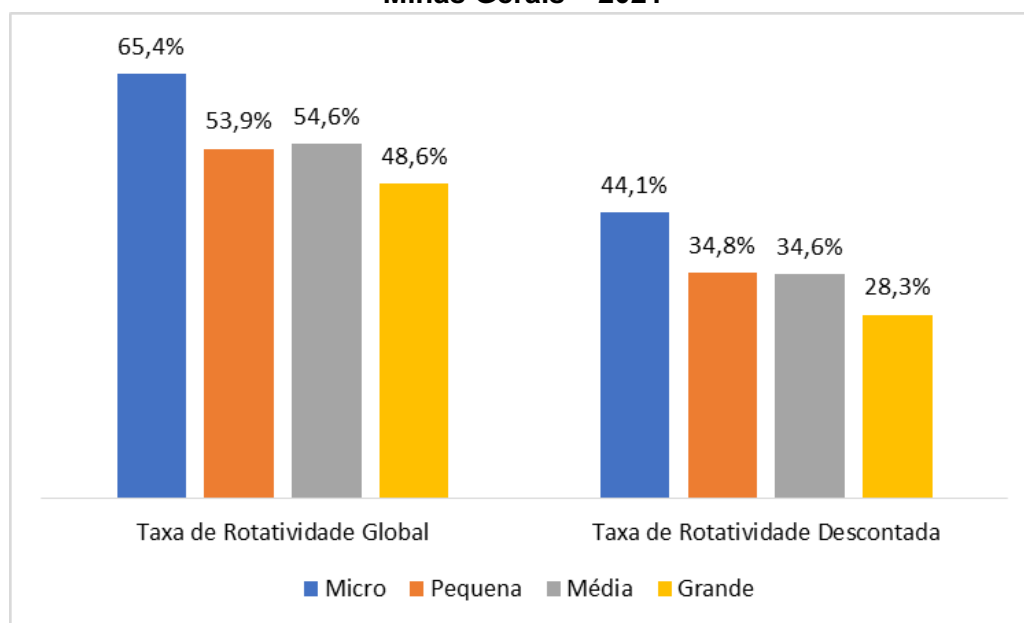
2.5. Rotatividade

A rotatividade se refere ao movimento de substituição de parte da força de trabalho que ocorre anualmente, através de demissões e admissões de trabalhadores. Esse ajuste da mão de obra é medido pela taxa de rotatividade que fornece uma noção aproximada desse volume de substituições realizadas no mercado de trabalho formal.

O cálculo da rotatividade consiste no valor mínimo observado entre o total de admissões e o total de desligamentos anuais, comparado ao estoque médio de vínculos.⁴ Esse é o valor da taxa de rotatividade global que considera toda movimentação de vínculos. A taxa de rotatividade descontada desconsidera os desligamentos por motivos de falecimento, aposentadoria, transferência e demissão a pedido do trabalhador, sendo, portanto, mais relacionada às decisões empresariais.

Em 2021, a rotatividade de trabalhadores em Minas Gerais se mostrou menor nas grandes empresas, quando utilizado o critério da taxa de rotatividade descontada. Essa taxa foi de 44,1% nas microempresas mineiras, em 2021, enquanto nas grandes empresas foi de 28,3% (GRÁFICO 12). Isso significa, grosso modo, que o volume médio de trabalhadores nas microempresas que foi substituído por iniciativa das empresas foi de 44%, enquanto nas grandes, de 29%. Esses dados sugerem que, embora as microempresas paguem remunerações menores, a rotatividade elevada, se comparada às demais categorias de empresas, deve-se muito mais a decisões tomadas principalmente pelos empregadores do que pelos trabalhadores.

GRÁFICO 12
Taxas de rotatividade global e descontada, segundo tamanho de empresa (em %)
Minas Gerais – 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

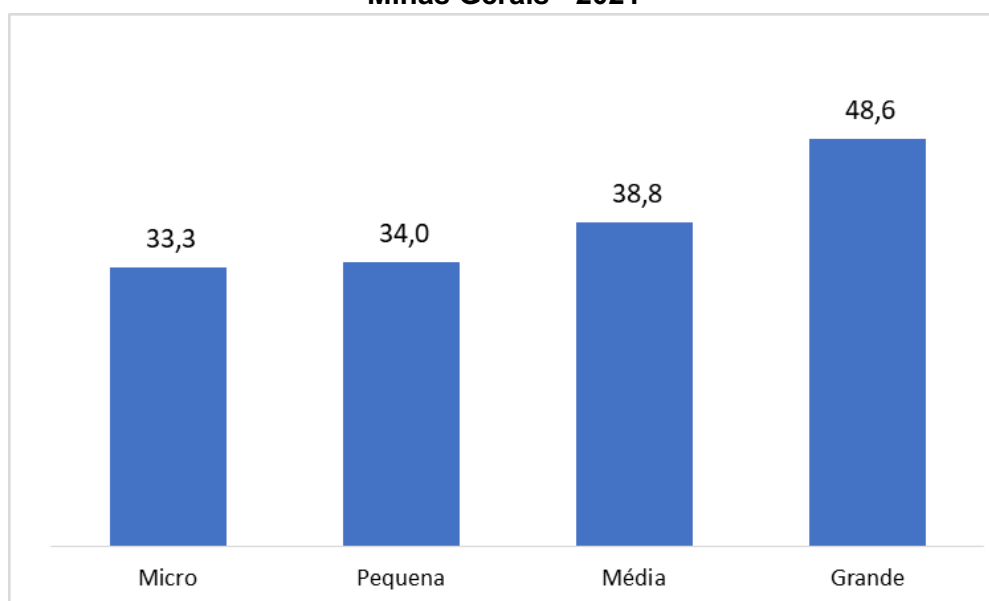
Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Em função dessa diferença nas taxas de rotatividade, o tempo médio de permanência do trabalhador no emprego nas microempresas foi menor do que nas grandes, em 2021. Nas microempresas, os

⁴ Metodologia de cálculo disponível em <https://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>

vínculos de trabalho tinham, em média, 33,3 meses no posto de trabalho, enquanto nas grandes o tempo médio era de 48,6 meses (GRÁFICO 13).

GRÁFICO 13
Tempo médio no emprego, segundo tamanho de empresa (em meses)
Minas Gerais - 2021



Fonte: MTE. RAIS. Elaboração: DIEESE.

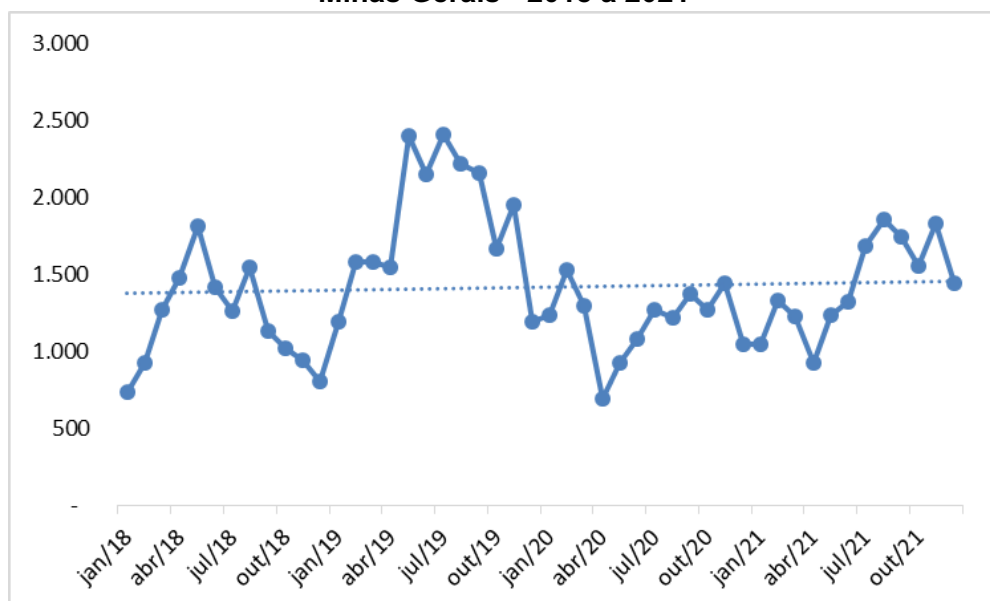
Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O SERVIÇO PÚBLICO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

3.1. Número de colocações, proporção em relação aos admitidos, setores e ocupações

Entre janeiro de 2018 e dezembro de 2021, a IMO foi responsável por uma média de 1.418 colocações mensais no mercado de trabalho formal mineiro (GRÁFICO 14). Em 2019 - ano do melhor desempenho dessa política pública no período analisado - as colocações foram da ordem de 1.838 ao mês. Em 2020, esse ritmo das colocações caiu bastante, em função da pandemia, voltando a uma média mensal próxima à verificada em 2018 (em torno de 1.200 colocações). Em 2021, a trajetória de crescimento das colocações foi retomada, alcançando uma média mensal de 1.435, patamar pouco maior do que a média observada em todo o período analisado.

GRÁFICO 14
Número de colocações mensais pela IMO
Minas Gerais - 2018 a 2021



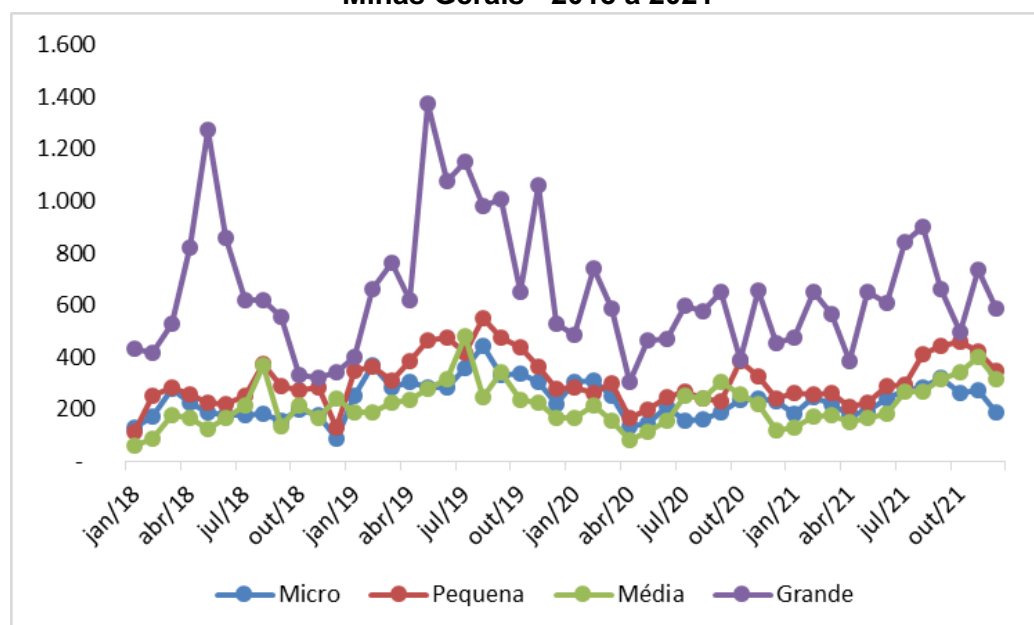
Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Considerando o tamanho da empresa, nota-se que as grandes empresas foram responsáveis pelo maior volume de colocações, em números absolutos, e as empresas médias pelo menor volume (GRÁFICO 15). Entre 2018 e 2021, as grandes empresas contrataram, em média, 653 pessoas por mês via IMO, enquanto as empresas médias, 218 pessoas. Já as pequenas empresas, que foram responsáveis pela segunda maior quantidade de contratações via IMO, apresentaram uma média mensal de 310 colocações no período, enquanto as microempresas, uma média de 237 contratações. Em termos proporcionais, isso quer dizer que as grandes empresas foram responsáveis por 46% das colocações

mensais efetuadas em Minas Gerais via IMO em todo o período analisado; as médias empresas, por 15,0%, e as pequenas e microempresas em conjunto, por 38,5%.

GRÁFICO 15
Número de colocações mensais pela IMO, segundo tamanho de empresa
Minas Gerais - 2018 a 2021



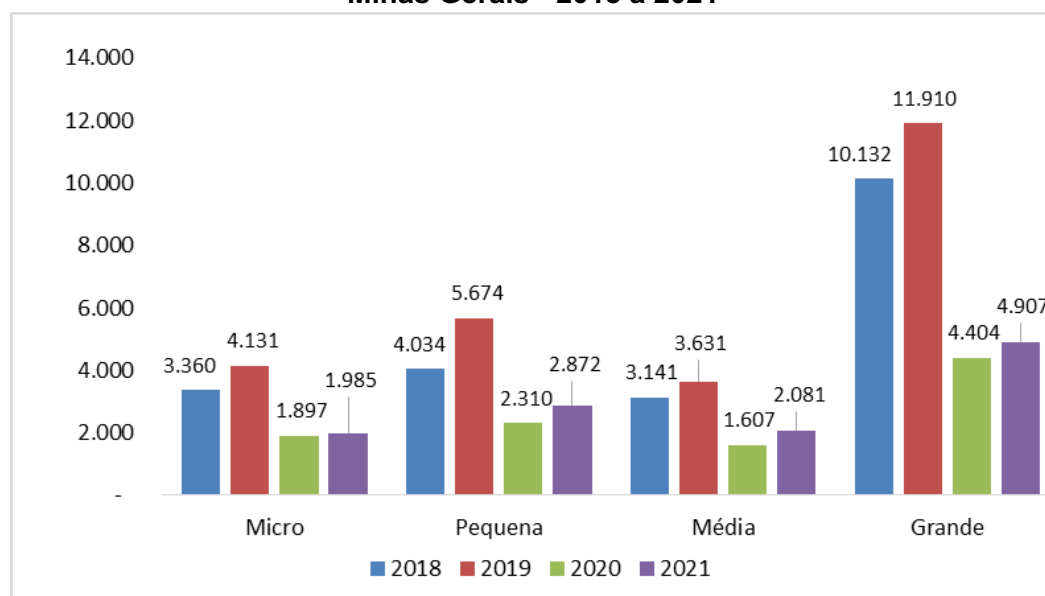
Fonte: MTE. IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Quanto ao movimento anual das colocações, verifica-se que entre 2018 e 2019 - antes da pandemia, portanto – houve um aumento no número de colocações em todas as categorias de porte empresarial, sendo o maior observado nas empresas de pequeno porte (40,7%) - GRÁFICO 16. Nas demais, os aumentos foram de 22,9%, no caso das microempresas, 15,6% nas empresas médias e 17,5% nas grandes. Já na passagem de 2019 para 2020, o número total de colocações via IMO diminuiu em mais da metade nas quatro modalidades de empresas, mas com maior intensidade nas empresas de grande porte (-63%). Em 2021, por fim, as colocações voltaram a crescer, aumentando 4,6% nas microempresas, 24,3% nas pequenas, 29,5% nas médias e 15,9% nas de grande porte.

GRÁFICO 16
Número de colocações anuais pela IMO, segundo tamanho da empresa

Minas Gerais - 2018 a 2021

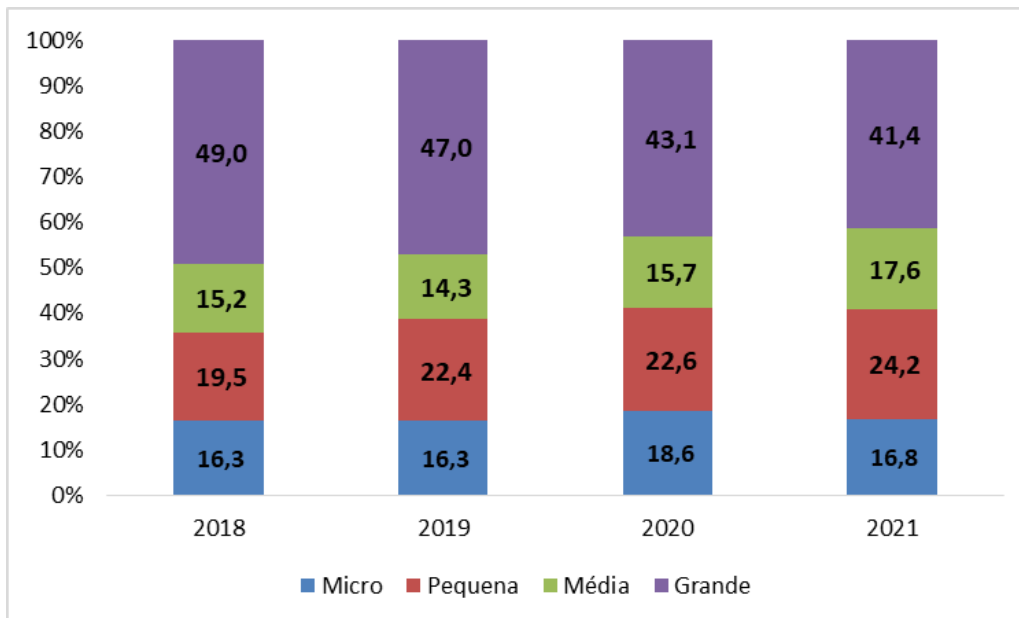


Fonte: MTE. IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Com esses resultados, nota-se um aumento da participação das pequenas empresas no total de colocações anuais via IMO, no período analisado (de 19,5%, em 2018, para 24,2%, em 2021), e uma queda na participação das grandes empresas (de 49%, em 2018, para 41,4%, em 2021) – GRÁFICO 17. No mesmo período, também houve aumento da participação das médias empresas, mas em menor intensidade. As microempresas, por sua vez, permaneceram estáveis em termos de participação nas colocações anuais totais efetivadas em Minas Gerais, entre 2018 e 2021.

GRÁFICO 17
Distribuição das colocações anuais pela IMO, segundo tamanho da empresa
Minas Gerais - 2018 a 2021



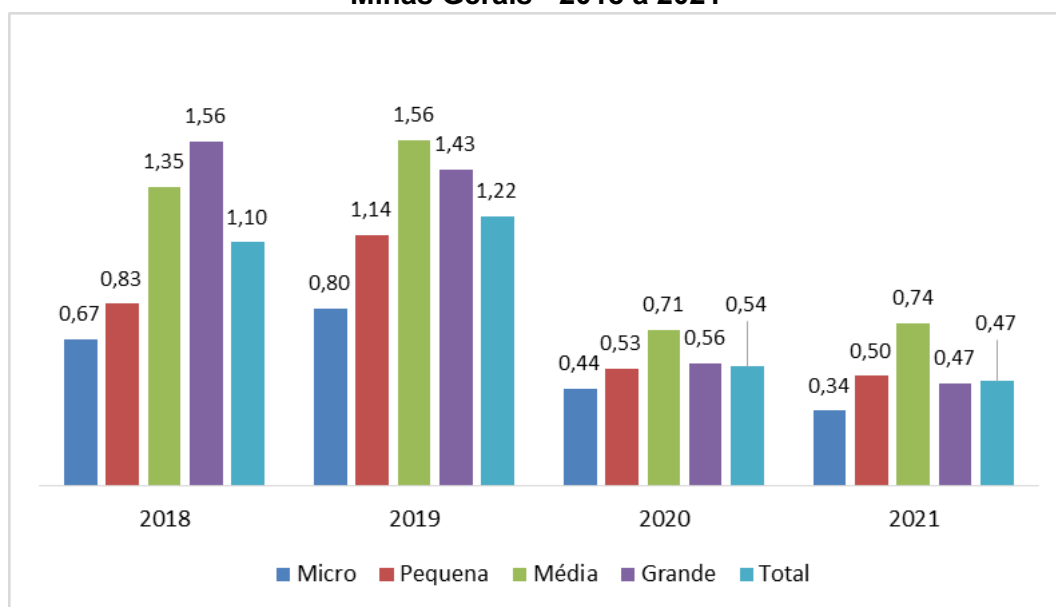
Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a IMO representou uma parcela muito pequena das contratações realizadas pelas empresas mineiras, em cada ano calendário analisado nesse estudo (GRÁFICO 18). Em 2018, os colocados pela IMO representaram 1,1% do total de admitidos nas empresas estaduais, percentual que passou para 1,2%, em 2019, e depois despencou nos dois anos seguintes, chegando a apenas 0,47% das contratações realizadas em 2021.

Nota-se que, à exceção de 2018, as médias empresas apresentaram um percentual um pouco superior de colocados, entre seus admitidos: 1,56% em 2019, 0,71% em 2020 e 0,74% em 2021. Por outro lado, as micro e pequenas empresas tiveram proporção menor que as demais em quase todos os anos analisados.

GRÁFICO 18
Proporção de colocados anuais pela IMO em relação ao total de admitidos,
segundo tamanho da empresa
Minas Gerais - 2018 a 2021



Fonte: MTE. IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Em termos setoriais, a maior parte dos colocados no Estado de Minas Gerais através da IMO foi em empresas dos setores de obras de infraestrutura (15,7%), construção de edifícios (12,2%) e comércio varejista (11,5%) - TABELA 3. Esses três setores também foram os mais intensos em colocações nos casos das micro, pequenas e médias empresas estaduais, ainda que não necessariamente nessa ordem. No caso das grandes empresas, há uma diferença importante porque o setor de serviços de escritório, apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas foi o segundo mais intensivo em colocações, no período considerado. Além disso, cabe ressaltar, em relação às microempresas, a relevância dos setores de serviços especializados para construção e de alimentação, em termos da intensidade de uso da IMO para contratação de trabalhadores.

TABELA 3
Distribuição dos colocados pela IMO, segundo divisão CNAE e tamanho de empresa
(em %) - Minas Gerais - 2021

Ranking	Divisão CNAE	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
42	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	8,3	11,2	19,6	19,7	15,7
41	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	10,8	12,8	22,9	7,8	12,2
47	COMÉRCIO VAREJISTA	19,4	12,9	10,6	8,0	11,5
82	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	2,2	2,2	2,6	12,2	6,4
43	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	7,7	4,8	3,7	6,5	5,8
10	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	2,1	3,3	6,0	4,7	4,2
46	COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	5,2	3,4	3,4	3,7	3,8
56	ALIMENTAÇÃO	6,9	5,8	0,3	1,6	3,3
33	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2,3	1,3	1,9	5,4	3,3
49	TRANSPORTE TERRESTRE	1,5	3,9	1,8	4,1	3,2
45	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	3,9	2,5	0,2	4,5	3,2
81	SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	1,8	1,6	1,7	3,9	2,6
71	SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	2,0	2,3	0,4	3,2	2,3
77	ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	0,7	2,2	1,4	2,4	1,9
25	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3,3	2,5	0,2	0,2	1,3
23	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1,5	2,3	1,0	0,5	1,2
78	SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,0	0,2	0,2	2,4	1,1
38	COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	0,9	0,6	2,8	0,6	1,0
86	ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	2,0	0,9	0,5	0,8	1,0
80	ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	0,2	1,3	0,1	1,4	0,9
	Demais	17,4	22,0	18,7	6,4	14,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos. Ranking das divisões CNAEs que mais contrataram em 2021.

Especificamente em relação às ocupações, aquela que mais contratou trabalhadores via IMO em 2021, e nas quatro categorias de empresas consideradas, foi a ocupação de servente de obras (TABELA 4). No caso das microempresas destacaram-se também as ocupações de vendedores de comércio varejista, pedreiros e auxiliares de escritório.

TABELA 4
Número de colocados pela IMO, segundo ocupação CBO e tamanho de empresa
Minas Gerais - 2021

Ranking	Ocupação	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
1	Servente de obras	11,8	13,2	16,4	12,9	13,4
2	Pedreiro	5,3	4,8	3,9	3,0	4,0
3	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	2,3	3,2	3,9	4,6	3,7
4	Faxineiro	2,6	3,6	3,2	4,2	3,6
5	Alimentador de linha de produção	3,4	3,4	4,7	3,0	3,5
6	Auxiliar de escritório	5,1	3,1	1,6	2,1	2,8
7	Trabalhador da manutenção de edificações	0,4	1,0	1,1	4,9	2,5
8	Operador de caixa	2,0	2,2	2,4	3,0	2,5
9	Vendedor de comércio varejista	6,9	2,9	0,4	0,7	2,2
10	Assistente administrativo	3,2	2,0	0,8	1,9	2,0
11	Repositor de mercadorias	0,4	0,7	2,4	2,9	1,9
12	Atendente de lojas e mercados	1,6	1,1	3,3	1,4	1,7
13	Cozinheiro geral	1,4	1,1	0,2	2,5	1,6
14	Soldador	1,1	1,9	1,9	1,3	1,5
15	Eletricista de instalações	1,3	1,5	3,4	0,6	1,4
16	Auxiliar nos serviços de alimentação	1,9	2,3	0,3	0,9	1,3
17	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	0,5	1,0	1,3	1,6	1,2
18	Operador de telemarketing ativo	0,0	0,3	2,0	1,8	1,2
19	Operador de máquinas de construção civil e mineração	0,2	0,4	1,2	1,9	1,1
20	Operador de telemarketing receptivo	0,0	0,1	0,2	2,6	1,1
	Demais	48,9	50,2	45,2	42,1	45,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

3.2. Perfil dos colocados através da IMO

Com relação ao perfil dos colocados, observa-se que não há muita diferença nas micro e pequenas empresas em relação às médias e grandes empresas, em termos de sexo e faixa etária. Mas é interessante notar que, nos quatro anos analisados, a proporção de mulheres entre os trabalhadores colocados pela IMO foi bem inferior à proporção de homens (TABELA 5). Nas microempresas, em particular, o percentual de mulheres entre os colocados foi um pouco maior do que nas demais empresas, mas em nenhum dos anos da série chegou a atingir 35% do contingente.

TABELA 5
Distribuição das colocados pela IMO, segundo sexo e tamanho de empresa (em %)
Minas Gerais - 2018 a 2021

Porte	2018			2019			2020			2021		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Micro	67,8	32,2	100,0	69,5	30,5	100,0	74,1	25,9	100,0	69,3	30,7	100,0
Pequena	71,4	28,6	100,0	74,3	25,7	100,0	75,9	24,1	100,0	74,0	26,0	100,0
Média	82,1	17,9	100,0	85,0	15,0	100,0	83,0	17,0	100,0	81,9	18,1	100,0
Grande	69,3	30,7	100,0	71,3	28,7	100,0	76,8	23,2	100,0	71,6	28,4	100,0
Total	71,4	28,6	100,0	73,6	26,4	100,0	77,1	22,9	100,0	85,3	30,6	100,0

Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Com relação à faixa etária, em todas as categorias de empresas analisadas, a maioria dos colocados pela IMO tinha entre 20 anos e 39 anos de idade, mas também com uma parcela significativa de pessoas entre 40 e 49 anos. Assim, a participação dos jovens até 19 anos e daqueles com 50 anos ou mais foi relativamente pequena em Minas Gerais, nos anos analisados (TABELA 6).

TABELA 6
Distribuição dos colocados pela IMO, segundo faixa etária e tamanho de empresa (em %)
Minas Gerais - 2018 a 2021

Faixa etária	2018					2019					2020					2021				
	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
De 14 a 19 anos	2,9	2,7	3,8	5,9	4,5	2,0	2,1	2,5	4,4	3,2	2,5	2,4	3,5	4,9	3,7	3,2	3,2	4,8	4,9	4,2
De 20 a 29 anos	36,4	33,3	30,5	40,6	36,9	34,0	31,1	29,0	37,4	34,2	33,2	32,2	32,1	35,1	33,6	34,9	34,2	32,8	32,7	33,4
De 30 a 39 anos	33,2	35,9	34,6	29,2	32,0	33,3	33,9	34,3	31,7	32,8	34,3	32,2	33,9	32,5	33,0	30,7	31,3	31,9	30,3	30,9
De 40 a 49 anos	17,9	18,1	19,3	15,9	17,2	19,0	21,0	20,1	17,4	18,9	19,9	21,6	20,2	18,6	19,8	20,3	20,8	20,9	21,4	21,0
De 50 a 59 anos	8,2	8,6	10,0	7,2	8,1	9,8	9,6	11,7	7,6	9,0	8,4	9,9	9,0	7,9	8,6	9,5	8,6	8,3	9,4	9,0
60 anos ou mais	1,5	1,5	1,8	1,2	1,4	1,8	2,3	2,5	1,5	1,9	1,8	1,7	1,4	0,9	1,3	1,6	1,8	1,3	1,4	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

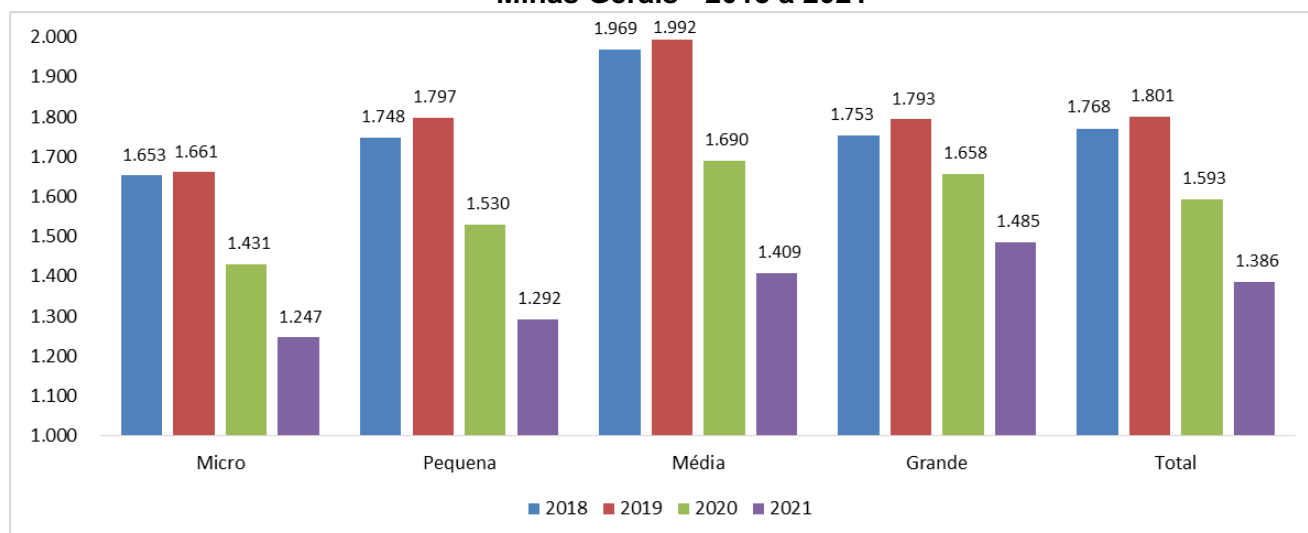
Fonte: MTP, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de Administração pública e Serviços domésticos.

3.3. Remuneração

Por fim, a remuneração média dos colocados pela IMO em Minas Gerais apresentou queda de 21,6%, em valores deflacionados, na passagem de 2018 para 2021, e em todas as quatro categorias de empresas analisadas (GRÁFICO 19). A maior queda foi observada entre as médias empresas (-28,5%), seguidas pelas pequenas (-26,1%), micro (-24,5%) e grandes empresas (-15,3%). Nota-se ainda, que em valores absolutos, à exceção dos casos das médias empresas nos anos de 2018 e 2019, não houve tantas diferenças na remuneração dos colocados pela IMO, em termos do porte da empresa, no período considerado.

GRÁFICO 19
Remuneração média dos colocados pela IMO, segundo tamanho de empresa
(em R\$ de dezembro de 2021)
Minas Gerais - 2018 a 2021



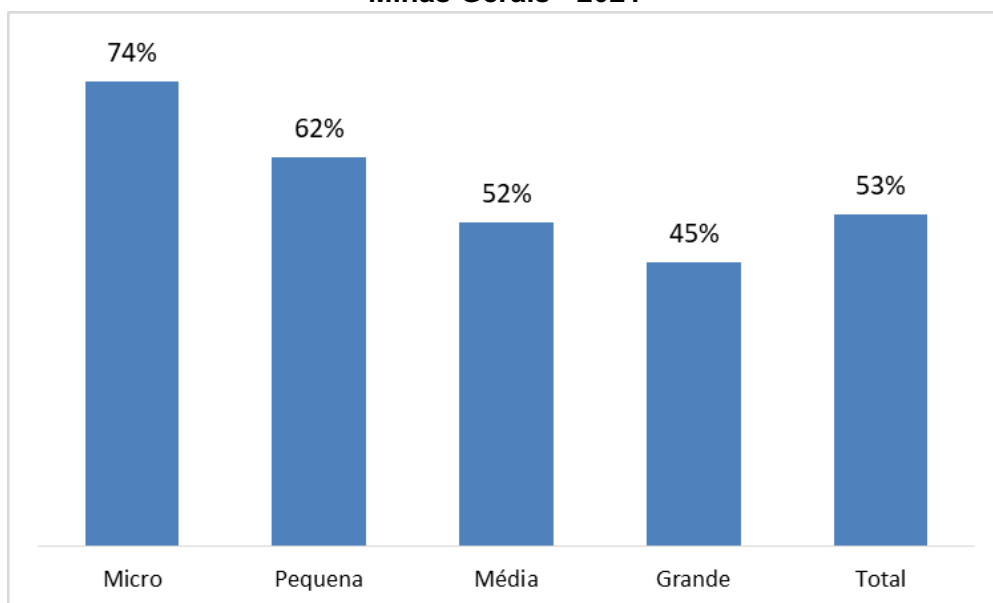
Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

Deflator: INPC-IBGE

Esse resultado chama a atenção já que, conforme apresentado na seção anterior, o salário médio nas grandes empresas é mais elevado do que nas MPEs, mas isso não ocorre entre os colocados pela IMO. A IMO se concentra em ocupações com baixas remunerações, e isso ocorre em empresas de todos os portes. Em 2021, a remuneração média dos colocados pela IMO nas microempresas equivalia a 74% da remuneração média das empresas desse porte (GRÁFICO 20). Já nas grandes, os colocados recebiam o equivalente a 45% da remuneração média dos empregados nessas empresas.

GRÁFICO 20
Proporção da remuneração média dos colocados pela IMO em relação à remuneração média dos vínculos formais, segundo tamanho de empresa (em %)
Minas Gerais - 2021



Fonte: MTE, IMO e RAIS. Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram excluídos os setores de administração pública e serviços domésticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: jul./2022.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **Notas técnicas**, versão 1.5. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: jul./2022.

NOGUEIRA, M.O. (2016). “**Uma análise contextual das políticas públicas voltadas para as empresas de pequeno porte no Brasil**”. Texto para discussão, nº. 2.233. Rio de Janeiro: Ipea. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7161/1/td_2233.pdf

OIT. **Small Matters**: global evidence on the contribution to employment by the self-employed, micro-enterprises and SME's. Geneva: ILO, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_723282.pdf. Acesso em: jul./2022.

SEBRAE, DIEESE. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios**: 2018. Brasília, DF: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2018/anuarioPequenoNegocio2018.html>